



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DA ARE DE 7 DE NOVEMBRO DE 2022

A Mesa do Plenário da ARE agendou para o dia 7 do mês de novembro de 2022, pelas 21h, no Student Hub (antiga Faculdade de Medicina, POLO I), com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação da ata e do documento resumo de deliberações referente ao Plenário de 24 de outubro de 2022;
3. Auscultação aos membros da ARE de 2015-2017;
4. Outros assuntos.

A presente ata é lavrada segundo o artigo 19.º do Regimento Interno da ARE, onde é referido que *“Das reuniões do Plenário da ARE é sempre lavrada ata, o mais possível discriminada e completa acerca dos acontecimentos e intervenções que nelas ocorrem”* e que *“A cada ata é anexado um resumo das deliberações tomadas na reunião (...)”*.

Os anexos à presente ata são:

- Anexo 1 - Resumo das deliberações tomadas na reunião;
- Ata e documento resumo de deliberações referente ao Plenário de 24 de outubro de 2022.

Na reunião estiveram presentes 27 elementos da presente Assembleia de Revisão de Estatutos em funções, os membros Ana Catarina Chen Wang, André Cosme Mota Ribeiro, Armando Manuel Machado Remondes, Beatriz Margarida Oliveira Bernardo, Beatriz Marques Mendes, Beatriz



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Rodrigues Ribeiro (online), Belmiro Duarte Costa Oliveira, César Filipe Torres de Sousa, Daniel Seco Gonçalves Aragão da Silva, Daniel Tadeu dos Santos Sousa Mendes, Emanuel Fernandes Nogueira, Filipe Nuno Carvalho Rosa, Gonçalo Cardoso Simões, Gustavo Pedro Honório Nunes, João André Dias Craveiro, João Emanuel Batista Bento, João Miguel Almeida Santana, Lúcia Daniela Pinto Parente, Luís António Alves Almeida, Luís Fernando Gonçalves Carvalho, Luísa Henriques Lobo, Paulo Jorge Nogueira Ramos, Pedro Miguel Galveias Ramos Ferreira Henriques, Ricardo Rocha Sacadura, Rodrigo André Sousa Marques, Samuel Ramos Fernandes, Tomás Nunes Amaral Rodrigues Craveiro.

Os membros João Pedro Carvalho Caseiro, Mariana Sequeira Martins, Pedro Miguel Mendes Monteiro, Rafael Almeida Alves não compareceram tendo faltado sem apresentar qualquer justificação, o membro Eric Jorge Inglês Silva, apresentou justificação de falta.

O Presidente da ARE/AAC, Daniel Tadeu, fez a primeira chamada às 21:28h e, estando reunido o quórum de 50%, deu início à ordem de trabalhos.

Ponto 1- Informações

Daniel Tadeu começa a reunião dando as boas-vindas aos presentes. Informa que a Assembleia conta no momento com 25 elementos. Informa que Beatriz Ribeiro se encontra online e, como tal, irá apresentar a sua justificação de falta e, seguidamente, proceder-se-á à votação se a mesma pode atender à reunião de modo remoto.

Beatriz Ribeiro informa que tinha uma consulta agendada para o dia seguinte, na sua terra natal, logo necessitou de ficar na sua cidade, tendo pedido para assistir online.

Votações:

- a) 4 abstenções;
- b) 0 votos contra;
- c) 21 votos a favor.

Tendo sido aprovada a sua assistência online.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D.Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Emanuel Nogueira fez uma declaração de voto, entende que a justificação dada pela colega é válida, mas tendo votado contra a participação online/regime misto, na altura da aprovação do Regimento Interno, por uma questão de coerência decidiu abster-se.

Lúcia Parente apresentou uma nova ordem de trabalho, tendo enviado por email esta sugestão: “Dado que não se estabeleceu previamente em plenário como será organizada a Auscultação aos membros da ARE de 2015-2017, venho por este meio, em concordância com o artigo 15º ponto 4 do regimento, propor a alteração da ordem de trabalhos do plenário de hoje (07/11/2022). A ideia seria inverter o ponto 3 e 4 da convocatória, de modo a garantir a concretização de todos os pontos da ordem de trabalhos da assembleia de hoje”.

Daniel Tadeu considera ser complicado, uma vez que convidaram as pessoas a atender o plenário e marcaram uma hora com as mesmas, pensa que se os outros assuntos se prolongarem muito não será benéfico.

Lúcia Parente, face às declarações do Presidente, pede que as pessoas permaneçam na reunião o tempo que for necessário, podendo ser necessário prolongar-se o tempo do Plenário, uma vez que no ponto “outros assuntos” há questões muito importantes a debater.

Paulo Nogueira Ramos afirma que não pode ficar até tarde.

João Bento afirma que se deve votar no ponto “outros assuntos” o cancelamento da próxima reunião, e não se deve discutir nem votar no ponto “informações”.

Daniel Tadeu afirma que não se deve prolongar a discussão dos outros assuntos ad eternum.

Votação: Proposta- Trocar ponto 4 com o 3 da Ordem de Trabalhos, proponente Lúcia Parente

- a) 8 abstenções;
- b) 5 votos contra;
- c) 14 votos a favor.

Tendo sido aprovado.

Daniel Tadeu pede desculpa por não ter chegado atempadamente de modo a preparar a sala, mas tem andado muito ocupado com as Comissões Eleitorais. Da audição pública afirma que receberam 45 propostas, mas na verdade traduz-se em mais de 100 propostas, porque havia mais do que uma proposta numa submissão.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

João Bento afirma que há 3 propostas da audição pública que não se encontram na drive, questiona se as mesmas vão ser consideradas ou não, sendo que houve uma que não chegou a tempo (tendo chegado dia 1 de novembro).

Daniel Tadeu afirma que a que chegou dentro do prazo irá ser considerada e colocada na drive a que chegou fora de horas não será considerada por esse motivo.

Beatriz Ribeiro acha que as propostas devem ser consideradas, devendo ser feita uma votação para questionar os membros se aceitam as propostas ou não.

Daniel Aragão pensa que não é por se terem atrasado umas horas que não as consideram, acredita que não devem “levar a peito” e que se pretende que haja propostas.

Votação: Deve-se considerar a proposta entregue fora do prazo?

- a) 7 abstenções;
- a) 2 voto contra;
- b) 17 votos a favor.

Tendo sido aprovado que a proposta é válida e deve ser tomada em consideração.

João Bento acrescenta que houve 2 propostas escritas em inglês, e que no regulamento diz que se deve responder, e que o Presidente deve enviar um email dando uma explicação. Quanto às pessoas que enviaram a proposta por formulário, questiona se as mesmas vão participar na assembleia.

Daniel Tadeu afirma que sim, que as vai chamar.

João Bento a nível das atas indica que as mesmas não estão atualizadas no site, pede à Mesa que arranje um processo para agilizar as coisas, para que possam ficar disponibilizadas para o público. Em relação ao site, quanto ao Regimento Interno, relativamente à Comissão de Redação, quando é que se conclui a versão final do RI.

Daniel Tadeu responde que já há documento do RI só falta reunirem, e que vai passar a avisar quando é que são disponibilizadas as atas, para que todos fiquem a par.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Beatriz Ribeiro quanto à Comissão de Redação, pensa que deviam ter um relator e vice-relator, isto porque o facto de não existirem estes “coordenadores” leva a atrasos e falta de organização, é necessário alguém que puxe pelos colegas para responderem.

Daniel Tadeu pensa que não seja necessário, até porque a Comissão funciona somente quando é necessário fazer alguma alteração mais expressiva, vai marcar reunião para que o documento fique concluído. Mas num próximo plenário vai colocar isso na ordem de trabalhos para que se vote.

João Bento quanto à Comissão de Comunicação, afirma que saiu na imprensa notícias sobre o Fórum ARE, faz uma nota para que a ARE tenha uma só voz, ou seja, quando os membros forem falar com a comunicação social para a mensagem ser coesa, que se sincronizem, claro que se for uma opinião pessoal isto não se aplica.

Beatriz Ribeiro ainda sobre a Audição Pública, pelo calendário da UC, afirma que só terão mais 4 plenários. Daí que se deve verificar se as 12 pessoas querem atender ao plenário. Sugere que a audição das pessoas, que apresentaram as propostas, sejam feitas neste semestre, para que no próximo semestre se comece a discutir as questões levantadas.

Daniel Tadeu pensa que para a próxima reunião já tinha pensado nalguns nomes de pessoas a chamar.

Beatriz Ribeiro afirma que Sofia Mendes, conforme o que foi enviado para o email, no dia 19 de outubro, por parte da secretaria, a data da sua tomada de posse foi no dia 10 de outubro (onde consta a assinatura de Sofia Miguel da Cruz Mendes). No mapa de presenças consta que no plenário de 17 de outubro, a sua presença era “inexistente”, mas devia estar “falta”. Sofia Mendes afirma que se vai demitir, mas toma posse e Daniel Tadeu coloca-a nas comissões a trabalhar. Com isto quer alertar para se ter mais cuidado com estas questões, até porque as pessoas podem obter informações privilegiadas e depois deixam de fazer parte da ARE.

Daniel Tadeu afirma que houve um erro na secretaria, que não foi dia 10 a sua tomada de posse, mas sim dia 19. Acrescenta que vai realizar uma adenda, vai falar com Ana Paula, para corrigir o lapso do próprio.

César Sousa pede para que sejam céleres nas intervenções, por consideração às pessoas que se encontravam lá fora, à espera para poderem participar no plenário.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Beatriz Ribeiro afirma que naquele dia estava a ocorrer uma reunião de campanha de lista, de modo a que alguns colegas não se encontravam no plenário. Considera que é uma falta de respeito para com o plenário, bem como para com as pessoas que vieram proposadamente para dar o seu contributo (membros da ARE de 2015-2017). Condena a atitude tomada pelos membros faltosos.

Daniel Tadeu indica que os membros terão falta injustificada e discorda da opinião da colega, uma vez que considera que segunda-feira é o dia em que se encontram mais pessoas em Coimbra, daí que tenham escolhido esse dia para a reunião.

Luís Almeida concorda com Beatriz Ribeiro.

João Bento afirma que Daniel Tadeu não devia tecer essas considerações, visto ser Presidente da ARE.

Daniel Tadeu afirma que sendo membro deste plenário pode dar a sua opinião.

Paulo Nogueira Ramos afirma que, tendo-se discutido ser necessário apresentar um modelo de trabalho para a Revisão dos Estatutos, num sentido macro, como Daniel Tadeu se encontra sobrecarregado, antes de apresentar uma proposta/calendário/mapa gostaria que as pessoas se juntassem e vissem essa questão com o próprio.

Ponto 2 - Aprovação da ata e do documento resumo de deliberações referente ao Plenário de 24 de outubro de 2022

Samuel Fernandes pede para as secretárias entregarem as atas o quanto antes, para os membros conseguirem ler a tempo.

Votação: Aprovação da Ata e Resumo de deliberações referente ao plenário de 24/10/2022

- a) 10 abstenções;
- b) 0 votos contra;
- c) 15 votos a favor.

Tendo sido aprovada.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D.Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Ponto 3 - Outros assuntos

João Bento afirma que houve uma proposta submetida, para se realizar um novo Fórum, abrangendo um público mais alargado. Tendo levantado essa questão com os membros que organizaram o Fórum, houve opiniões diferentes, mas coincidiram num aspeto que é o facto de não existir tempo para se realizar outro evento, isto porque se está a aproximar uma altura de frequências/exames e eleições. Todavia, este seria o momento ideal para ouvir as pessoas, e que se se fizer esta auscultação mais para a frente irá prejudicar-se os trabalhos. No próximo plenário vai trazer essa proposta para se discutir e chegar-se a uma decisão, mas vai reunir primeiro com a Comissão de Comunicação.

Paulo Nogueira Ramos dá a nota que a sala onde estão reunidos não tem condições para se realizar o plenário.

Daniel Tadeu pede desculpa e concorda, dizendo que foi uma experiência que correu mal.

João Bento afirma que se pode reunir noutras salas, como é o caso do Departamento de Física, e que podia correr melhor caso se mobilizasse pessoas para ajudar a montar a sala, de modo a começar-se a horas.

Beatriz Ribeiro acrescenta que sente que não há condições para reunir online, talvez pela sala em questão, agradece o esforço.

Armando Remondes recorda Daniel Tadeu sobre o agendamento do próximo plenário.

Daniel Tadeu afirma que irá pedir a suspensão do plenário dia 14, uma vez que será o voto antecipado e as urnas encerram às 21h, bem como tem de jantar e no dia seguinte tem coisas para tratar.

João Bento sugere que se passe o plenário para as 22:30h.

Paulo Nogueira Ramos indica que se começar mais tarde, afirma que não pode ficar até tarde.

César Sousa pede para se votar e oficializar a questão, até porque no último plenário ninguém se opôs.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Beatriz Ribeiro, respondendo a César Sousa, afirma que, na altura, não se tinha apercebido que só terão mais 4 plenários antes do semestre terminar.

Daniel Tadeu propõe que se vote e sugere algumas pessoas que irá convidar para o próximo plenário.

João Bento pede que se vote e que Daniel Tadeu coloque na convocatória quem virá para o próximo plenário.

Votação: Suspensão do plenário de dia 14/11/2022

- a) 2 abstenções
- b) 0 votos contra
- c) 25 votos a favor.

Tendo sido aprovado.

Daniel Tadeu afirma que se irá, provavelmente, haver plenários extra, caso os trabalhos o exijam.

João Bento pensa que é possível, com organização, realizar-se a auscultação das pessoas que apresentaram propostas nos 4 plenário que ainda vão ter. Sugere que o Presidente ligue com a maior urgência às pessoas, de modo a que se averigue quem pretende vir e se comece a agilizar datas para que as mesmas compareçam.

Ponto 4 - Auscultação aos membros da ARE de 2015-2017

Nota: Deram entrada os membros da ARE de 2015-2017 às 22:41h, sendo que presencialmente se encontravam João Leão, António Costa, Bernardo Albuquerque, João Pinto Ângelo, António Arnaut, João André Oliveira; e online- via Microsoft Teams, Rita Andrade, Paulo Ferreira, Alexandre Amado, Alexandre Silva, Inês Silva Costa e João Prata.

Daniel Tadeu dá as boas-vindas a todos e agradece a presença e disponibilidade para estarem presentes neste plenário, quase como uma passagem de pasta, esclarecimento de dúvidas e para



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

se falar sobre algumas propostas que não avançaram e se seria interessante voltar a pegar nelas. Questiona a atual ARE (2022) se tem alguma questão a colocar aos convidados.

Emanuel Nogueira, sendo que a revisão de estatutos de 2015-2017 levou a uma grande mudança, tomando o documento final, questiona qual foi o espírito que presidiu à assembleia e porque é que temos os estatutos como os temos atualmente, ou seja, pede uma pequena introdução.

Rita Andrade começa por contextualizar, dizendo que tomaram posse em 2015, houve 2 listas candidatas, sendo que uma só elegeu 2 pessoas. Houve logo falta de interesse por parte dos membros, sendo que tinham a regra era que se faltassem a 3 plenário perdiam o mandato. Logo houve muitas faltas e substituições, muito cedo, o que prejudicou os trabalhos da ARE. De qualquer modo, considera que foi uma boa revisão de estatutos, discutiu-se temas fulcrais, sendo que isso dá trabalho. Tendo se demorado mais por causa de falta de interesse, nas outras ARE havia o problema de quando se mudava presidência da Mesa da Assembleia Magna também se mudava o Presidente da ARE, não estando propriamente definida essa situação. Daí que os estatutos tenham ficado parados uns meses, depois regressou e terminaram em 2017. Queriam fazer a diferença e isso é trabalhoso. Havia pessoas que vincaram muitas bandeiras, considerando que António Arnaut foi o grande impulsionador dos estatutos atuais.

Paulo Ferreira considera ter sido um exercício de resiliência, tendo entrado numa sequência de uma substituição. Houve uma grande alteração ao nível das estruturas da AAC. Era um documento problemático, procuraram sedimentar e colmatar falhas, tendo transformado o mesmo num documento mais compreensivo, que resolveu questões “daquele tempo”.

António Arnaut sugere, para serem mais práticos e aproveitar melhor o tempo, que os membros de 2015-2017 podiam expor as questões fraturantes que apresentaram na altura em plenário.

Paulo Ferreira a primeira foi a revogação do papel de Secretário da DG, sendo que densificaram melhor; outro aspeto levantado foi o da responsabilização dos Administradores/DG a determinados atos. Bem como a questão do caderno eleitoral.

João Prata foi essencialmente as matérias que estavam alocadas aos Núcleos, tendo se levantando a questão se a DG poderia contrariar as suas posições, o que significaria que haveria de certo modo delegação de competências, sendo que não era claro esta temática. Quando as tarefas se encontram alocadas a alguém, parece que havia alguém que detinha a última palavra.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Alexandre Amado entrou na ARE por ser representante dos núcleos, havia uma preocupação por clarificar as coisas, porque havia uma falta de definição dos estatutos sobre o que eram as áreas de intervenção exclusiva dos núcleos e suas competências exclusivas, até onde é que a DG podia atuar. Sendo que haviam processos latentes e que lhes cabia evitar que eram a desagregação da AAC, que deve ser uma preocupação, visto que ao longo dos anos se tem multiplicado em subestruturas (com a afirmação dos núcleos). Considera que a estrutura dos núcleos deve estar bem regulamentada e estruturalmente bem inserida na AAC de forma clara. Muito importante também foi garantir que DG tinha instrumentos para atuar, a nível de normas, tais como a Previsão de Orçamento, bem como a própria estrutura da Queima das Fitas, a relação com os Conselhos Desportivos e Culturais. Sendo importante que todas as estruturas da casa saibam o que têm de fazer, onde começam e terminam as suas competências, onde é que está a pisar território que não lhe pertence, permite que a DG sendo órgão máximo executivo possa atuar. Quanto à Queima das Fitas sempre lhe pareceu que não faz sentido que tendo a AAC a sua dimensão, representada pelos mesmos símbolos, tivesse depois uma indefinição na integração (ou não) da AAC como colaboradora ou organizadora da festa. É uma fonte de receitas, bem como uma bandeira da academia, sendo um evento nacional, é uma superestrutura, que possibilita algumas regalias nesse contexto- sendo fundamental a sua definição. Realça que encontrou pessoas que gostam muito da AAC, e que têm muito carinho pela associação, independentemente das discordâncias que possam ter havido.

Inês Costa indica que apareceu numa fase final, considera que um dos maiores feitos foi mesmo ter ficado explícito uma divisão definidas das competências das estruturas, de modo que o poder de tomada de decisão se tornou mais objetivo, menos passíveis de sofrer intervenções. Tendo trazido a novidade da Comissão Disciplinar, havendo a separação das pessoas que julgam e acusam. Em relação à Queima das Fitas, antes era uma entidade cuja jurisdição era indefinida.

Rita Andrade não apresentou propostas, tinha o papel de dirigir a assembleia, mas tinha voto de qualidade nas questões fracturantes.

João Leão realça que chegou mais tarde à ARE, tendo sido contra a criação da Comissão Disciplinar e depois acabou por ser Presidente do Órgão, mantendo a opinião. Relativamente à Queima das Fitas, considera que têm a obrigação de separar as coisas, neste momento a festa dos estudantes tornou-se um festival, e assim, acredita que deve ser organizado profissionalmente para efetivamente trazer receitas à casa. Sendo que votou contra no documento final por essas suas opiniões.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

António Costa realça alguns temas, havendo um tema em concreto que era o Sistema Eleitoral da Academia, isto porque cresceu um clima de desconfiança em torno das eleições, sendo péssimo passar-se esta situação. Existindo muita fraude, tentativas de engano, etc. Daí ser a favor do voto eletrónico, para não haver urnas desaparecidas, por exemplo. Acreditam já terem maturidade suficiente, bem como tendo passado por uma pandemia e o caso da reunião também estar a ser sincronizada online dá força ao seu argumento. Acha que a ARE deve implantar este sistema e discutir esta questão, para bem da académica.

Bernardo Albuquerque começa por agradecer o convite, afirma que a ARE foi um grande desafio intelectual, porque as pessoas que estavam presentes eram pessoas interessadas e que gostam da académica, sendo também prova as pessoas que chegaram ao fim. De notar que houve muitas substituições, terminaram com 27 pessoas. Louva terem passado de 41 páginas para 120 dos EAAC. Houve alguns detalhes que alteraram, por exemplo, até à época não havia o associado da AAC, mas sim o sócio. Outras questões mais profundas foi mesmo a reestruturação do Conselho Fiscal (CF), tendo sido presidente do órgão, relembrando que na altura herdaram um processo anterior da Secção Desportiva, tendo decidido sancionar alguns membros da direção, o que implicaria novas eleições. Todavia, o CF era constituído por 7 membros, não havendo lugar a recurso, somente recorrendo à convocação de uma Assembleia Magna de Voto, que teria de ser convocada exclusivamente para o efeito, e que teria de ter quórum (na altura +/- 500 pessoas para deliberar), o que era insustentável, ainda tentaram recorrer ao tribunal. Daí a grande mudança que ocorreu nos estatutos, à semelhança da Comissão Disciplinar. Outra grande bandeira foi os Núcleos, quanto às competências exclusivas dos mesmos, tendo ficado explícito que não podiam intervir nas questões políticas, com algumas exceções, ex: se a ordem dos advogados faz uma alteração, o Núcleo de Direito, terá possibilidade de reivindicar, com a consulta da DG. Bem como, houve a delimitação das competências dos Núcleos que não podem ultrapassar as das Secções, havendo ainda muitas falhas atualmente. Tentaram homogeneizar as Estruturas intermédias, como é o caso das Assembleias de núcleos, desportivas e culturais. Acredita que a Assembleia de núcleos deveria ter outras competências.

João Pinto Ângelo participou na Assembleia Ordinária e na Extraordinária, sendo que foi eleito por uma lista em que defendia o artigo 3º dos EAAC - Os Fins. Quanto à Comissão Disciplinar, sempre considerou ser uma questão duvidosa, até porque não era eleita pelos estudantes, tendo sido justificado que por ser uma eleição demasiado importante para ser tomada por um universo tão grande, isto porque não se queria deixar o "poder" nas mãos de quem controla os votos, tendo isso sido retificado. Pegando nesse tema, falou sobre a questão dos votos e do cacique, de poucos controlarem os votos de muitos. Sendo uma grande responsabilidade acabar com o cacique.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

António Arnaut destaca que gostou muito de fazer parte da ARE, porque se discutiu uns com os outros, havendo alguns ataques, fazendo parte, devendo-se sempre atacar as ideias e nunca as pessoas, tendo surgido muitas ideias. Reforça que os membros da ARE de 2022 detêm todos os poderes, ou seja, podem discutir o que entendem e até alterar tudo. Afirma que Coimbra vale pela AAC, sendo que é um pilar fundamental da cidade. Foram eles (ARE 2015-2017) que fizeram a proposta global do novo modelo do Conselho Fiscal, visto ser uma grande associação, não uma básica, deve-se primar pela excelência, tendo capacidade desportiva e cultural.

Deve-se arranjar forma de se captar sinergias entre todos os que fazem parte da casa. Sendo importante acrescentar, que houve discordâncias entre os membros, mas que após a aprovação por todos, a palavra final seria dada em Assembleia Magna, que tem o poder de retificação. De modo a que todos saibam as suas competências tiveram de partir do Princípio da Unidade (art. 2º/1/f)), conseguida através de uma superestrutura de fora dessa competência deliberativa e executiva, que possa ser uma estrutura isenta, daí que exista o Conselho Fiscal. Passaram de um Conselho Fiscal anterior muito moldável pela DG, sendo um perigo a mesma poder agir sem limites/freios. Todavia a AM demora muito a reunir e ter quorum, daí que haja a necessidade de existir um órgão que aponte para as competências da DG (por exemplo) e diga que a mesma está a extravasar- os pareceres do Fiscal. O Conselho Fiscal só poderá ter esta atitude se um órgão- Comissão Disciplinar- que indique que houve uma violação estatutária que corresponde a um ilícito disciplinar. Tem de existir um acusador e um decisor.

Diz que é importante que haja uma separação clara e cada um dos órgãos tenha os seus poderes bem definidos. Considera ainda relevante que os Núcleos de Estudantes tenham um limite. No entanto, percebe que os núcleos têm um papel importante se as suas competências forem delimitadas, sendo essa limitação um freio para quem é eleito para este órgão. Quanto ao "cacique", acha que faz parte da vida e deve-se extinguir aquilo que é o cacique da influência política e o cacique da ilicitude.

Diz que se vai mantendo atualizado da matéria do Conselho Fiscal e do Funcionamento da AAC. Verificou que, na altura da sua ARE, foi votado favoravelmente numa proposta colocada pelo próprio, o Conselho Fiscal era o substituto último do Presidente da Comissão Eleitoral em qualquer Comissão Eleitoral. Esclarece que na época, a sua perspectiva era de que as funções seriam encaradas com seriedade e os mandatos levados até ao fim e assim, iriam cumprir com as funções inerentes à Comissão Eleitoral. Salaria que o grande objetivo do CF/AAC é controlo estatutário, ação disciplinar e conflito de competências e no ato eleitoral deve ser observador externo isento e órgão de recurso. Neste sentido, acha que o CF/AAC não tem que fazer eleições. Sugere que se corrija isto.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

João Oliveira refere a questão das Secções, mencionando a sua visão de uma Académica unificadora e ligada aos Estudantes. Nesse sentido, partilha questões que na altura que o preocupavam. Sendo uma delas a sustentabilidade das secções e outra a sua integração na Casa. Considera que o problema da sustentabilidade foi bem resolvido na sua altura numa lógica de conseguir que as secções não deixassem de existir. Na parte da integração, menciona a criação do contingente de seccionistas, sendo esta uma das maiores formas de envolver o seccionista no dia-a-dia da Casa. Acha essencial que se continue a aproximar as Secções aos associados.

Daniel Tadeu questiona os membros da ARE 2015 quando é que se começou a discutir os estatutos.

Rita Andrade responde que as primeiras reuniões foram para aprovação do RI e depois se começaram a dividir por comissões, em que as mesmas levavam depois as suas propostas a Plenário. Percebeu que, devido a desistências e dificuldades em conseguir quorum necessário, estava a ser um processo demorado, e passou-se a discutir apenas em Plenário. Diz que apesar disto, desde a primeira reunião que discutiram os Estatutos.

Daniel Tadeu questiona se as Comissões Especializadas funcionaram ao longo de toda a ARE.

Rita Andrade responde que não, que funcionaram no início mas que devido às dificuldades em conseguir ter quorum teve que abandonar essa ideia e acabar por discutir em Plenário.

Paulo Ferreira acha que o problema das Comissões foi o facto de muita gente ter desistido e tendo em conta o volume de substituições que houve, grande parte dos membros não acompanhou os trabalhos desde o início. No entanto, menciona que continuaram a ter grupos organizados de trabalho.

Rita Andrade considera que não foi viável levar as Comissões até ao fim dos trabalhos.

António Arnaut diz que estiveram dois anos a trabalhar e que depois aceleraram muito os trabalhos. Refere que o primeiro plenário foi a 13 de abril de 2016 de discussão, 9 meses depois da tomada de posse. Aponta que ficaram muito tempo em Comissões e nessa altura, queriam marcar Plenários mas as Comissões não elaboraram as conclusões porque havia muitos membros a sair.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Bernardo Albuquerque diz que houve Comissões que foram convocadas mas, como os seus membros não apareceriam, não se reuniam. Diz que as propostas levadas a Plenário eram mais de cariz individual levadas por elementos de Comissões do que elaboradas pelas Comissões em si. Assim, considera que as suas Comissões não resultaram. Aponta que durante nove meses a discussão em plenário foi adiada e considera que um grande problema foi o facto de não ser obrigatório aparecer às comissões e a falta nas mesmas não implicar destituição, o que impedia que esses membros fossem exonerados e substituídos.

Paulo Ferreira diz que isto tem mais a ver com o interesse e dinâmica dos grupos que é criada do que com o modelo organizacional. Sugere que se perceba até que ponto é que não haveria algum mérito em haver uma versão mais programática e mais estruturante dos Estatutos e separar dimensões procedimentais para um documento intermédio que possa ser alterado em AM.

César Sousa questiona se, em relação às competências exclusivas dos Núcleos, consideram que a resolução ficou perfeita ou se ainda pode ser deliberada. Menciona o art.º 147/4 dos Estatutos, interpretando que o mesmo deixa margem para que, caso a DG/AAC não concordar de algum modo com a posição de um Núcleo de Estudantes, o órgão executivo se possa sobrepor à vontade de um núcleo. Questiona ainda, tendo em conta que os núcleos se constituem como um perigo para a federalização da AAC, até que ponto é que os mesmos são necessários e se não houvesse Núcleos qual seria a alternativa. Pede a Alexandre Amado, no que concerne à deliberação da Queima das Fitas, que estenda quais seriam as suas ambições e visão na Queima das Fitas. Pergunta António Costa que modo é que este considera que o voto eletrónico poderia contribuir para a transparência. Questiona João Leão sobre o porquê de não concordar com a existência da Comissão Disciplinar e a João Pinto Ângelo se considera que a alteração feita na AREE 2019 que passou a CD para um contingente geral, contribuiu para os objetivos. Por fim, questiona António Arnaut qual seria a alternativa no que concerne ao assumir a Presidência da Comissão Eleitoral pelo Conselho Fiscal. Conclui a sua intervenção perguntando até que ponto não seria benéfico procurar homogeneizar estatutariamente a delimitação de critérios para o processo de criação de Secções.

Daniel Tadeu propõe que se vote para prolongar a ARE por mais uma hora.

- a) 0 abstenções
- b) 5 votos contra
- c) 22 votos a favor.

Tendo sido aprovado o prolongamento da reunião.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

João Leão responde à questão da Comissão Disciplinar, justificando que foi contra antes de estar sequer no órgão porque relativamente à existência de um órgão distinto de um órgão que acusa e julga, do ponto de vista teórico é ideal mas do ponto de vista prático surge o problema de autoridade. Um órgão deste género precisa de um grau de autoridade que não tem forma da AAC escolher como fiabilizar essa mesma autoridade. Considera que o método de escolha através da eleição pelos estudantes, cria nessa pessoa escolhida um comportamento direcionado aos interesses que os próprios eleitos pretendem salvaguardar. Perante todas as adversidades que encontrou enquanto exercia funções no órgão, questiona se é assim tão necessária a divisão. Diz que o controlo estatutário feito pelo CF não é da mesma dimensão do que é fazer uma acusação pública que culmine num processo-crime, considerando a primeira situação muito mais objetiva. Acrescenta ainda que o impacto dos processos disciplinares conduzidos até agora tiveram pouco impacto, sendo o resultado dos mesmos evidente. Diz que se deve pesar as vantagens e desvantagens e que na realidade, esta separação de deveres é uma burocracia exagerada para um papel que não é fácil de ser bem executado para quem não tenha formação mínima deste tipo de procedimentos.

Beatriz Ribeiro diz que, no Conselho Disciplinar, nos processos disciplinares convém ter a acusação ou a explicação dos motivos da pessoa ter uma queixa e isso não está a acontecer atualmente.

João Leão diz que o facto de ninguém fazer uma acusação com uma descrição exata do acontecimento fundamenta o seu argumento.

Gonçalo Simões questiona João Leão sobre a profissionalização da Queima das Fitas.

João Leão responde que há uma parte da QF direcionado para a tradição, praxe e cultura e desporto da Casa, sendo essa a festa dos estudantes para os estudantes. A outra parte são noites no Parque, que considera um festival. Diz que, quando se olhar para as Noites no Parque como uma das grandes vias que a AAC tem para poder criar algum dinheiro e dar parte dele às Secções para criar as suas atividades, vai-se encarar esta parte do evento como um festival e vender/dar a sua organização para depois poder distribuir as verbas pelas Secções.

Paulo Nogueira Ramos pede que se crie um canal com todos que permitisse comunicação direta quando houvesse um problema.

Diz que as suas questões se prendem com Casos Omissos da Comissões Administrativas e das Prós Secções. Questiona o que acontece caso haja demissão de um Presidente de uma Comissão Administrativa. Menciona o Artigo 99º/g), respeitante ao Conselho Cultural, tendo em conta a



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

importância do princípio da unidade e colocando em questão a colisão do mesmo com as competências exclusivas: explica que, tendo em conta o papel da DG/AAC na representação externa, acaba por fazer uma ligação mais direta com a UC e CMC. Deste modo, sendo o contrato-programa respeitante ao âmbito do Conselho Cultural, questiona se acham que nesse caso a DG/AAC deve ter o poder de decidir o que será este contrato-programa ou se deveria ser o CC/AAC a decidir e a DG/AAC a representar.

Questiona ainda relativamente às finalidades e âmbitos das Secções Culturais e Desportivas. Quando se tem em consideração que há determinadas finalidades que podem ser diferentes mas não há sobreposição de âmbitos de outras estruturas, questiona de que forma é que encarada essa articulação.

Beatriz Ribeiro pergunta se houve mais pontos como a questão dos Núcleos e da eleição única que estiveram a um voto de alterar a Académica.

João Bento pergunta como é que foi feita a gestão da discussão dos Estatutos ao longo do período pós-demissões. Questiona ainda em termos de Estatutos vs Regulamentos Internos, qual a opinião que tiram. Por fim, questiona que outras medidas mudaram e depois não correram tão bem, acabando por ser executadas de forma diferente.

Paulo Ferreira diz que se encontram disponíveis para esclarecimento de dúvidas de forma mais informal e direta. Em relação à questão de Paulo, diz que a unidade não se constrói em conflito constante e que definir limites e procedimentos não significa que as ferramentas estejam à frente para ser utilizadas. Diz que há uma margem ampla de diálogo e construção. Em relação aos Regulamentos, diz que estes são a expressão da individualidade no contexto de uma organização e da sua coletividade e assim, essas regras acabam por dar uma identidade organizacional à AAC.

João Pinto Ângelo intervém em relação às questões colocadas sobre a Comissão Disciplinar, devendo-se abordar esta questão tendo em conta qual as necessidades e qual o objetivo deste órgão. Não considera que a AAC se assemelhe ao Estado Português ou ao Ministério Público, e assim, pensa que pode fazer mais sentido mais pessoas a ajudar na fiscalização e não um órgão novo neste modelo. Diz que há coisas que na ARE 2015 agravavam este problema tal como o facto de não ser eleita universalmente por todos os associados efetivos e seccionistas. Considera que, sendo este um órgão com tanta responsabilidade, deve estar sujeito ao escrutínio de todos os que o elegem. Responde negativamente à questão colocada sobre a passagem para eleição universal ter resolvido os problemas. Lembra que o principal motivo para a CD em 2015 ter sido criada com voto somente de representantes de Secções e Núcleos era para sua proteção de interesses que podiam existir com eleição universal. No entanto, afirma que estes interesses não existem



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

apenas em eleição universal e, dar aos estudantes/associados o poder de eleger este órgão responsabiliza ainda mais quem for eleito para o mesmo e aumenta a sua transparência e disseminação de informação e conhecimento sobre o mesmo.

Bernardo Albuquerque responde que, em relação à organização e gestão dos trabalhos, começou-se por Estruturas Intermédias e de Especialização e depois passou-se aos Órgãos Centrais, deixando a Queima das Fitas para o final. Diz que, na questão de reduzir as competências exclusivas dos Núcleos, acharam que eliminar a possibilidade de haver pelouros relacionados com a Cultura e Desporto, iria fazer com que os Núcleos se aproximassem das Secções e que as atividades passassem a ser organizadas pelas mesmas ou em parceria. Refere que isto não tem acontecido e o seu objetivo não foi cumprido.

Rita Andrade diz que o facto de ter ficado com poucos elementos na sua ARE permitiu que houvesse um ambiente mais familiar e menos formal, acrescentando que se chegou a discutir pontos em Plenário que não constava na OT.

Alexandre Silva começa por esclarecer que entrou na ARE de 2015 em representação dos Núcleos. Diz que o maior feito conseguido na altura foi explicar a António Arnaut a importância dos Núcleos. Refere a pluralidade e diversidade de opiniões e argumentos na ARE na qual foi membro. Diz que grande parte do trabalho foi efetuado nos últimos 6 meses e com as pessoas presentes nesta mesma reunião. Responde a Beatriz Ribeiro, dizendo que tendo em conta o número reduzido de membros, era fácil haver temas que ficassem com resultados divididos. Em relação ao tema das competências exclusivas, ressalta que nunca foi intenção retirar a promoção da atividade física ou da recriação cultural dos núcleos, considerando que a promoção de uma modalidade em particular ou de uma atividade recreativa deve ser função das Secções. Menciona um assunto falado na altura, respeitante às Associações Nacionais e às posições dos Núcleos de estudantes que estão a ser representados dentro das mesmas, esclarecendo que as posições e áreas científicas estariam garantidas nos Núcleos.

João Oliveira responde a César sobre a questão das pró-secções, achando que se deve manter os moldes dentro dos Regulamentos e dos Conselhos porque se está a falar de algo que exige agilidade e se estiver fixo em Estatutos pode precisar de uma extraordinária para resolver e, no caso de uma Pró-Secção, no espaço de duas Ordinárias pode-se ter uma ideia, criação, efetivação e extinção de uma Secção. Assim, considera que não deve ser criado o modelo completo. Em relação à questão de financiamento colocada por Paulo, acha que esses contratos e parcerias devem ser feitas em estreita colaboração com o respetivo Conselho.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

António Arnaut pede que César Sousa repita as suas questões.

João Prata responde à questão sobre a Comissão Disciplinar. Acha que não há nenhum caráter abjeto no mesmo órgão acusar e decidir. No entanto, parece-lhe que uma discussão baseada nos procedimentos da CD que não correram tão bem por falta de capacidade técnica não é um bom argumento até porque este pode ser um problema inerente à pessoa que não é especializada em lei e está a tentar fazer o seu melhor trabalho possível. Relativamente às competências exclusivas, acha que há uma incoerência intrínseca nesta decisão, não lhe faz sentido considerar que a Assembleia Desportiva tem competência porque abrange todo o desporto na AAC.

Alexandre Amado em relação à Queima das Fitas, considera que a sua intervenção será datada, uma vez que houve mudanças neste tema (devido à AREE de 2019), todavia, aquilo que o preocupava era que a QF é uma festa de estudantes, cultural, desportiva, praxística, que é um contributo da AAC para o país. Considera ser importante estabelecer fronteiras de cada estrutura com a organização da QF. A QF desempenhava um papel desproporcionado quanto a tudo o resto, não quanto à organização, mas quanto ao contexto político, isto porque havia a atribuição de uma importância de competências a um órgão cujo escrutínio não respeitava a distribuição de competências, que deveriam decorrer dos estatutos. Havia uma estrutura central (o Conselho-Geral), composto por elementos das Secções Culturais/Desportivas, DG e Dux, que tinha poder de veto sobre as decisões. Tal como o próprio respeita o que o Conselho Cultural tem a dizer sobre as atividades culturais, do mesmo modo que o Conselho de Veteranos tem a dizer sobre atividades praxísticas (sempre dentro de certos limites), a DG também de ter uma palavra quanto a questões administrativas, gestão financeira e alocação de recursos. Não considera que a figura que desempenhava o papel mais relevante na QF, e que concentrava em si o maior poder, fosse uma figura eleita de forma indireta, em termos equiparados por 5 elementos (2 dos quais da DG, 1 do cultural, 1 das desportivas, 1 do Conselho de Veteranos). Criava um conjunto de instâncias que tornava o acesso ao desempenho dessas funções a um caminho sinuoso. Considerava, então, que devia haver uma clara atribuição de uma “última palavra a dizer” ao Conselho Cultural sobre questões culturais e por aí adiante. Isto porque se há um funcionário contratado para executar um evento dessa natureza, deve passar pelo crivo de uma estrutura com todos esses órgãos, havendo decisões, no caso, sobre um concurso de contratação da produção (com muito dinheiro envolvido), a DG tem o dever que esse concurso respeite as normas, porque quem sofre as consequências é a DG/AAC, não pode ser um órgão decorativo. Com a ressalva de que a AM é soberana. Ainda tem as suas dúvidas se deve haver uma estrutura profissionalizada da QF, até porque antes eram estudantes nessa mesma condição que realizavam esta festa, sem serem pagos, tal como o Administrador também coordena uma Festa das Latas sem receber.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Quanto aos Núcleos, não se irá pronunciar mais, discorda da intervenção de João Prata, isto porque a soma das opiniões de todos os núcleos pode não corresponder ao interesse geral da academia. Cada um defende o seu interesse setorial, mesmo com uma unanimidade, não tem necessariamente que corresponder a um interesse global, daí que a DG deva ter a sua palavra. Quanto aos financiamentos, concorda com João Oliveira, deve haver auscultação e escrutínio por parte dos Conselhos, mas no fim do dia se se permitir que seja o Conselho Cultural a intermediar com a UC quanto a verbas, ou o Desportivo com a Câmara de Coimbra, chegasse a um ponto que a Direção-Geral não serve para nada.

Deixando uma pequena correção, que é a ideia das eleições e Comissões Eleitorais, afirma que não tinha noção que as pessoas se tinham demitido das Mesas das Assembleias, pensava que se estava a falar de casos em que as pessoas abdicaram, sendo de facto preocupante. Se há renúncia há solução, isto é, há de haver mecanismos para garantir que as renúncias ao desempenho de funções da comissão eleitoral, leve à destituição, por exemplo.

Beatriz Ribeiro pedindo desculpa pela interrupção, mas afirma que nesse caso de acordo com os estatutos não há essa solução, o que já aconteceu foi que o Conselho Fiscal tomou conta da eleição do Conselho Fiscal sucessor, o Presidente demitiu-se das suas funções enquanto presidente da Comissão Eleitoral, o Vice-Presidente da Magna aceitou o “convite”, mas depois demitiu-se da sua função e demitiu-se do cargo.

Alexandre Amado, retoma a sua intervenção, dizendo que no caso de haver demissões sucessivas não vê outra solução, o Conselho Fiscal não consegue suportar substituir-se às Mesas dos Plenários dos Núcleos que devem fazer as Comissões Eleitorais. Para terminar, tinha reservas que a eleição para a Mesa da Assembleia Magna e Direção-Geral fosse feita num dia só, mas considera que foi a melhor opção.

António Arnaut responde à questão de César Sousa como é que se compatibilizar o facto de os núcleos terem competência exclusiva com o facto de terem de acatar com as deliberações da AM, primeiramente, a AM pode deliberar sobre tudo, contudo (art. 30º/1 EAAC) “exceto deliberar sobre matérias da competência exclusiva do Conselho Fiscal ou Comissão Disciplinar, sobre a dissolução de Núcleos, ou sobre a dissolução de Secções Culturais e Desportivas, sem parecer prévio, nesse sentido, dos respetivos Conselhos e Assembleias de Secções”. Mas no art. 30º/5/6 EAAC, quase pedagogicamente, escreveram o que a AM “pode”, assume que deviam ter escrito “deve”. Neste caso, “pode conceder prerrogativas de pronúncia prévia, deliberando que qualquer Órgão ou estrutura deliberativa inferior tem a obrigação de se pronunciar sobre determinado assunto no prazo máximo que for determinado, não podendo ser inferior a trinta dias”. Art- 30º/6 EAAC “Não sendo exercida, pela estrutura deliberativa inferior, a prerrogativa de pronúncia prévia concedida



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

pela Assembleia Magna no prazo determinado no número anterior, esta pode deliberar sobre o assunto; caso tenha sido validamente deliberado e respeitado o prazo, esta passa a constituir a deliberação da própria Assembleia Magna, só podendo ser revogada nos termos dos números seguintes”. Ou seja, quando há um órgão que tem competências exclusivas de estrato organizativo inferior a AM deve conceder-lhe um prazo para se pronunciar.

Quanto à Comissão Disciplinar (CD), considera que o facto de até aquele momento não ter havido uma melhor atuação da CD, não tem como argumento que quem pertencia ao órgão não era competente, seja argumento para a acabar com o mesmo, diz a brincar, que assim sendo também se poderia ter acabado com a DG. Sendo que há uma razão histórica, o Conselho Fiscal anteriormente à ARE 2015, deliberou sobre um processo disciplinar contra um dos seus membros, tendo havido um grande celeuma que levou a que um dos seus membros efetivamente se demitisse porque estava a ser julgado pelos seus pares. Considera que resolver esta questão quanto acrescentaram nos estatutos a Comissão Ad hoc, mas consideraram que um órgão com 4 elementos é facilmente funcional. Podendo ter ido mais longe noutras questões, por exemplo, deviam ter fixado melhor quais é que eram o tipo de ilicitudes disciplinares, ou seja, fixaram deveres gerais, mas não especificaram a que violação de dever é que corresponde o ilícito disciplinar, não graduaram. A questão que se levanta é qualquer violação dos Estatutos é ilícito disciplinar? É evidente que não. Há diferenças na violação de um dever específico de um dirigente da AAC, ou de um dever genérico de um associado, essa sim, um dever comportamental é um ilícito disciplinar. O facto de não ter cumprido um prazo especificado nos estatutos não é ilícito mas sim irregularidade.

Ou seja, tudo isto pode ter dificultado os trabalhos da Comissão Disciplinar, mas é adepto de haver essa separação de poderes.

Daniel Tadeu diz que Paulo Nogueira Ramos mencionou o art. 99º/1 da competência do Conselho Cultural, passando o mesmo a lê-lo.

Paulo Nogueira Ramos diz que tem que haver uma articulação clara.

António Arnaut diz que o Conselho Cultural participa necessariamente nas eleições das Secções Culturais porque no seu âmbito tem o vogal para a Política Cultural da DG/AAC quer queira quer não.

Paulo Nogueira Ramos diz que nesse caso seria a DG/AAC a participar no Conselho Cultural e não o CC a participar da DG/AAC. Não se pode considerar que um determinado poder é dado estatutariamente a alguém do CC porque já existe esse vogal da Política Cultural.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

António Arnaut diz que o dinheiro entra sempre do mesmo lado e que havendo o orçamento da AAC estatutariamente programado, é evidente que qualquer contrato-programa não é o mesmo que qualquer Conselho procure financiamento. Diz que a DG/AAC deve definir as suas prioridades e o CC elaborar um plano cultural.

Paulo Ferreira diz que faz todo o sentido que se tenha um sistema de fiscalização e um sistema que se depara com as necessidades apontadas, que investigue e acuse. Em relação à questão das eleições no mesmo dia, diz que os mesmos equilíbrios que justificam o desfasamento entre DG e CF são os mesmos que transpostos para outro cenário, justificam a separação entre Núcleos e DG/AAC, considerando que os núcleos podem e devem fazer escrutínio político da DG/AAC. Realça que ser político e fazer política educativa é diferente. Apela para que se foquem na natureza das coisas.

Daniel Tadeu agradeceu a presença de todos os antigos membros da ARE de 2015.

Sem nada a acrescentar, Daniel Tadeu deu a reunião por encerrada.

Daniel Tadeu
- Presidente -

Matilde Azenha
- Secretária -

Mariana Gil Passos
- Secretária -